

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

BRUNO CÉSAR ALVES MARCELINO

**O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E AS POLÍTICAS
PÚBLICAS CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE JAGUARÃO-RS: ESTUDO DE CASO
DO CLUBE SOCIAL 24 DE AGOSTO**

**Jaguarão
2015**

BRUNO CÉSAR ALVES MARCELINO

O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE JAGUARÃO-RS: ESTUDO DE CASO DO CLUBE SOCIAL 24 DE AGOSTO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Produção e Política Cultural da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Produção e Política Cultural.

Orientadora: Dra. Vera Maria Guimarães

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 15 de dezembro de 2015.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Vera Maria Guimarães
Orientadora
UNIPAMPA

Prof. Me. Gabriel Medeiros Chati
UNIPAMPA

Prof. Dr. Jeferson Francisco Selbach
UNIPAMPA

O PAPEL DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE JAGUARÃO-RS: ESTUDO DE CASO DO CLUBE SOCIAL 24 DE AGOSTO

Bruno César Alves Marcelino
Dra. Vera Maria Guimarães (Orient.)

Resumo

Este trabalho tem como objetivo identificar e analisar o papel das organizações da sociedade civil no desenvolvimento das políticas culturais, utilizando como objeto de estudo, o Clube Social 24 de Agosto, sediado no município de Jaguarão/RS, buscando perceber as mudanças de atuação do Clube em relação às questões culturais do município, em especial a partir de sua atuação recente, enquanto “ponto de cultura”. A metodologia aplicada envolveu a utilização de documentos de fundação da entidade, seus convênios firmados com o poder público e seu catálogo de reportagens que retratam suas atividades. Além disso, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas para integrantes da diretoria do clube e para dirigentes do poder público. Para a análise dos dados coletados foram utilizados conceitos sobre políticas públicas, políticas culturais e terceiro setor. Como resultado, concluímos que o Clube, em seu atual contexto, exerce um papel de grande relevância no desenvolvimento das políticas públicas da área cultural em Jaguarão.

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo identificar y analizar el papel de las organizaciones de la sociedad civil en el desarrollo de las políticas culturales, utilizando como objeto de estudio, el club 24 de Agosto, localizado en el municipio de Jaguarão/RS, buscando percibir los cambios de actuación del club respecto a cuestiones culturales del municipio, en especial a partir de su actuación reciente, como “punto de cultura”. La metodología aplicada incluyó la utilización de documentos de la fundación de la entidad, sus convenios firmados con el poder público y su catálogo de reportajes que retratan sus actividades. Además les fueron aplicadas entrevistas semiestruturadas a los integrantes de la directoría del club y a los dirigentes del poder público. Para el análisis de los datos obtenidos fueron utilizados conceptos sobre políticas, políticas culturales y tercer sector. Como resultado, concluimos que el Club, en su actual contexto ejerce un papel de gran relevancia en el desarrollo de las políticas públicas del área cultural en Jaguarão.

Palabras clave: ONG. Políticas Culturales, Tercer Sector, Políticas Públicas

1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, o Brasil protagoniza uma grande mutação na relação entre o Estado e as entidades integrantes do terceiro setor, por meio do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, elaborado durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Isto significa que o poder público criou uma nova dinâmica de trabalho, onde a implementação das políticas públicas não deveria mais ser de

exclusividade do Estado, cabendo a ele, apenas as funções de coordenar e financiar a promoção dessas políticas, sendo que sua execução deveria ser repassada para a iniciativa privada, para que, com o subsídio do poder público, esta viabilizasse as ações pretendidas (BRESSER-PEREIRA, 1999).

Por meio desse novo instrumento de viabilização e implementação de políticas públicas, o governo passou a defender que nem tudo que é público é estatal e que as funções de promoção devem ser socializadas com a iniciativa privada (LOPES, 2004). A partir disso, foram criadas diversas ferramentas que repassam à sociedade civil organizada, por meio da publicização, a responsabilidade pela criação, das políticas públicas de forma subsidiada, preponderantemente nas áreas sociais, culturais e da saúde. Dentre as ferramentas criadas estão o Contrato de Gestão e o Termo de Parceria, instrumentos jurídicos que repassavam à sociedade civil organizada por meio da sua qualificação, respectivamente, como Organização Social ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, o dever de promover as políticas públicas por meio de financiamento, em diversas áreas, de caráter não exclusivo do poder público (FREITAS, 2010).

A partir do quadro acima descrito, este trabalho buscou analisar como se apresenta a relação das organizações não governamentais como promotoras e/ou executoras de bens e políticas públicas na área da cultura dentro das comunidades onde estão inseridas. Foi investigado, como objeto de estudo, o Clube Social 24 de Agosto, sediado no município de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, buscou-se analisar e verificar como esse fenômeno de abrangência nacional, instaurou-se no município de Jaguarão, em especial na relação do Clube, com o poder público por meio das transformações e modificações ocorridas, desde a sua fundação, em 1910, até os dias atuais.

Desta forma, será tratado, neste artigo, a atuação das organizações não governamentais na promoção, execução, oferta e difusão de bens e políticas culturais para o município de Jaguarão-RS, tendo como referência, o caso do Clube Social 24 de Agosto. Do ponto de vista mais particular, serão apresentados os seguintes aspectos: características das ações e as atividades do Clube 24 de Agosto no município e sua caracterização como uma entidade cultural. Também será analisada a atuação do Clube na área das políticas culturais e será avaliado como se deu a transmutação desta entidade em um Ponto de Cultura.

Partindo-se da constatação, presente na literatura das Ciências Sociais, em geral, sobre a atuação do Estado na economia capitalista, no contexto neoliberal, predomina a ideia de que o Estado deva intervir o mínimo possível na economia e no desenvolvimento social e cultural da sociedade, considerando que ele não consegue ser autossuficiente por conta de suas próprias ferramentas e mecanismos, os quais, não visam a agilidade dos processos. Entre o Estado e o mercado, se encontra o terceiro setor, que atua de forma preponderantemente nas lacunas deixadas pelo Estado e com grande participação do mercado. Assim, o terceiro setor, relaciona-se, antes de mais nada, ao seu grande potencial de gerar a transformação social, atuando de forma organizada pela mediação de ações desenvolvidas em parcerias entre setores da comunidade local e setores do Estado, em programas que compreendem principalmente, as áreas sociais como: educação, cultura, saúde, meio ambiente, economia solidária, entre outras (BRESSER-PEREIRA, 1999).

Portanto em consideração que o Estado vem perdendo a capacidade de sintetizar e administrar as crescentes demandas sociais, devido a maior complexidade da sociedade atual, a sua constante diversificação e a ampliação de seus interesses sociais e culturais (BETTONI; CRUZ, 1999). A decisão de descentralização na promoção das políticas públicas, se deu por meio das principais características do terceiro setor, tais como o seu caráter sem fins lucrativos, a maior flexibilidade de gestão e principalmente a proximidade que essas organizações possuem com as comunidades onde atuam (GERSTENFELD; FUENTES, 2005).

A escolha do Clube Social 24 de Agosto, como objeto principal dessa pesquisa, surgiu através do interesse do pesquisador, pelas ações desenvolvidas pelo Clube, no município de Jaguarão, por meio da observação de algumas de suas atividades realizadas. Também chamou a atenção a sua configuração como associação civil sem fins lucrativos, integrante do terceiro setor e a sua recente inserção no campo das políticas públicas, onde tem atuado como promotor de eventos no campo das políticas sociais e culturais e, também o fato de ser a primeira entidade do município a compor a Rede de Pontos de Cultura do Governo Federal.

2 QUESTÕES CONCEITUAIS

2.1 Estado e as políticas públicas

Inicialmente, cabe resgatar a definição do que se entende por políticas públicas. Souza (2002) traz uma abordagem mais conhecida, a partir de Laswell, onde as decisões e análises sobre políticas públicas implicam em responder às seguintes questões: “quem ganha o quê, por que e que diferença faz. ” Percebe-se nessa definição algo importante, que é o questionamento sobre o porquê da criação de certas políticas públicas, quem serão seus reais beneficiários e a até que ponto a criação da mesma irá influenciar no dia-a-dia da sociedade em questão. São perguntas aparentemente simples, mas que, se colocadas em prática, tornam-se complexas, pois irão no contraponto de muitas das ações promovidas pelo Estado em prol do bem-estar público.

Nesse sentido, Souza (2006) também considerada que as políticas públicas são o campo onde o governo se coloca em ação, de forma a traduzir suas propostas e plataformas eleitorais em ações que produzam resultados ou mudanças na sociedade real. Nesse caso, fica evidente que as políticas públicas são atos vinculados ao Estado, sendo este o responsável pela criação e promoção destas, a partir do pressuposto da busca pelo bem comum, mas que, às vezes, não é visto desta forma pela sociedade, na qual se insere.

Complementando essa linha de raciocínio, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2008) considera políticas públicas como ações, metas e planos oriundos dos governos, com objetivo de promover o bem-estar da sociedade e o interesse público. Dessa forma, as políticas são pensadas pelo Estado, de forma a compreender e trazer soluções à problemas identificados na sociedade, tendo como norte o desenvolvimento positivo da população, com base no interesse público dessas ações.

Já para Saraiva (2007), as políticas públicas são um fluxo de decisões públicas, voltadas a manter o equilíbrio social ou a implementar desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Essas decisões são orientadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações provocadas por elas na sociedade, sofrendo influência das visões e valores de seus responsáveis. São implementadas em ações ou omissões, de caráter preventivo ou corretivo, de forma a manter ou modificar a realidade de vários setores da vida social, por meio de objetivos ou estratégias de atuação e da disponibilização de recursos necessários a atingir o proposto. Aqui, o autor traz uma temática importante onde ele classifica, como políticas públicas, as decisões públicas

que surgem para manter o equilíbrio social e que provoquem reações e modificações na sociedade, sejam elas pela execução própria do Estado, ou pela definição de metas e estratégias e alocação de recursos, ambas com o objetivo de se alcançar o interesse do bem público.

Corroborando com esse conceito, Gohn (2004) afirma que após a Reforma do Estado, elaborada pelo ex-ministro Bresser Pereira, as políticas públicas para as áreas da Cultura, Educação, Lazer, Esporte, Ciência e Tecnologia, seriam apenas gerenciadas e controladas pelo Estado. Assim, ficaria à cargo das Organizações Sociais e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público a execução dessas políticas, por meio de um contrato de gestão, ou termo de parceria firmado entre o terceiro setor e o poder público, para cumprir apenas a função de promotor e regulador, deixando o Estado, neste contexto, de assumir o papel de executor, ou prestador direto de serviços.

2.2 Políticas culturais e Terceiro setor

Considerando-se o exposto sobre políticas públicas, será tratado, a partir desse momento, algumas referências que buscarão traduzir o conceito de políticas culturais, enquanto tipo de política pública, levando em conta que essa é uma das áreas de maior concentração das ações do terceiro setor. Iniciando-se com a abordagem de Canclini (2005), que considera as políticas culturais como intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados, com o intuito de promover o desenvolvimento simbólico, satisfazendo as necessidades culturais da população e a sua transformação social.

Ele ainda ressalta, que as políticas culturais não devem ser implementadas somente de forma local ou regional, mas devem garantir o intercâmbio e a globalização dos fluxos levando-se, em conta, o caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais da atualidade, em um tempo onde as indústrias culturais atravessam fronteiras nos agrupando e conectando de forma globalizada. No mesmo sentido de Gohn (2004), o autor considera as entidades civis, ferramentas essenciais para a promoção das políticas culturais, em conjunto com o Estado e com os grupos organizados, sendo esses os responsáveis pela expansão simbólica, social e cultural da população.

Nesse sentido Coelho (1997, p.293), no Dicionário Crítico de Política Cultural, conceitua políticas culturais na mesma linha de pensamento de Canclini (2005):

Constituindo (...) uma ciência da organização das estruturas culturais, a política cultural é entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, distribuição e o uso da cultura, a preservação e a divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável.

Dessa forma, Coelho (1997), assim como Canclini (2005) traz uma visão ampla sobre o que são e quem promovem essas políticas, podendo-se verificar nesses dois pensamentos que as políticas culturais são essenciais para a subsistência dos grupos sociais. Elas são responsáveis não só por promover o novo, mas também, por preservar o que já está dado e a participação das entidades privadas nesse aspecto se faz essencial e altamente necessária, deixando as mesmas o papel que exercem como coadjuvantes para o de protagonistas.

Com isso, Barbalho (2005) defende que as instituições não-estatais e empresas privadas, também podem ser promotoras de políticas culturais. O autor considera que a dimensão pública se encontra intrinsecamente na cultura e na política, podendo também se manifestar de forma específica como resultado da personalidade jurídica assumida pelas instituições responsáveis pela implementação destas políticas, como nas organizações não-estatais, que têm uma forte presença na sociedade civil. Estas organizações são basicamente formadas com um único intuito que é o de promover o bem-estar público dos seus associados e da região onde atuam.

Tendo-se em vista as concepções de políticas culturais até aqui expostas, será tratado a seguir, o conceito de terceiro setor. Gohn (2004), neste sentido, traz à tona questionamentos sobre quais entidades devem ser consideradas como integrantes do terceiro setor. Para ela integram este setor somente as associações que carregam o perfil do novo associativismo civil que teve início, em 1990. Diferente das antigas organizações não governamentais (ONGs), que tinham como características básicas as reivindicações, a participação e o militantismo, o novo associativismo se redesenha e tem como sua principal característica a prestação de serviços, atuando por demanda de projetos e por meio de um planejamento estratégico. Busca, além disso, parcerias com o Estado e empresas da sociedade civil para a realização de suas ações.

Gohn (2000) nos explica que o trabalho voluntário, combinado com o trabalho assalariado dos membros das entidades do terceiro setor, passou a ser a nova tônica dos programas sociais, sendo considerado como um campo de uma nova economia social. A autora desta forma, apresenta uma vasta argumentação do chamado terceiro setor, levando a pensar que esse setor veio de forma a preencher as lacunas deixadas pelo Estado. Desta forma, o terceiro setor auxilia o Estado na garantia do acesso pleno aos bens públicos, de forma a subsidiá-lo na consecução das políticas públicas por meio da execução de projetos e planos de ações, que por si só, geram a chamada economia social, por meio da oferta de emprego e renda a pessoas que fazem parte dos projetos e dos próprios dirigentes dessas entidades.

Este aspecto também foi observado nos estudos de Saraceno (2003), onde afirma que essas organizações reestruturaram o velho modelo de associações voluntárias de caráter filantrópico, para um novo modelo que combina o trabalho voluntário com o trabalho assalariado e que traz como regra a remuneração dos profissionais que são contratados para a execução de projetos específicos. Salienta ainda que as transformações não estão limitadas às formas organizacionais do processo de trabalho, mas inova com a articulação que essas novas organizações passaram a desenvolver por meio da reestruturação do Estado, “na economia e na sociedade, e com as políticas públicas para as áreas do social, gerando um novo tipo de associativismo, de natureza mista: filantrópico-empresarial-cidadão. ” (SARACENO, 2003, p.02)

A autora, de certa forma, complementa os aspectos trazidos, anteriormente, mas elenca algo importante que são as inovações causadas por esse novo associativismo, como dito antes, as associações eram basicamente de caráter filantrópico e social, sendo a atuação de seus membros de maneira majoritariamente voluntária e exerciam seus objetivos em meio de ações de caráter social com foco em sua comunidade. Hoje, pode-se perceber que essa visão mudou, pois, as novas associações são fundadas com o objetivo de atuar junto ao Estado no desenvolvimento de projetos e ações específicas, objetivando também, a manutenção e a subsistência dos seus dirigentes e da equipe responsável pelos projetos executados.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem caráter qualitativo (BAUER et al., 2000). O público alvo da pesquisa foram alguns dos membros que compõem a diretoria do Clube 24 de Agosto. Foram entrevistados três (03) pessoas da diretoria (incluindo o atual Presidente), tendo a considerar que, boa parte dos membros da diretoria, efetivamente, não participa das atividades do Clube. Além destes, foram entrevistados o Secretário de Cultura e Turismo do município de Jaguarão/RS e a sua Secretária Adjunta, para uma melhor compreensão da atuação da entidade, no âmbito municipal.

Também foram buscados documentos históricos, como atos jurídicos de fundação da entidade, o projeto de Ponto de Cultura, convênios firmados com o poder público, reportagens e matérias publicadas pela imprensa sobre as atividades culturais do Clube e documentos referentes ao tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE).

Em relação às entrevistas realizadas aos membros da diretoria da entidade, as entrevistas de caráter semiestruturado buscaram priorizar as seguintes informações: localização e situação da sede do grupo; principais atividades artísticas e culturais desenvolvidas; principais parceiros e no que consistem essas parcerias; formação de profissionais no setor cultural e forma de financiamento e de subsistência do grupo. Para o poder público as temáticas desenvolvidas buscaram compreender a ligação do Clube com a implementação das políticas culturais do município e as finalidades de repasses financeiros para a entidade.

Na forma de tratar os dados coletados (BAUER et al., 2000), durante a pesquisa de campo, foi realizada a análise e a descrição dos documentos, das entrevistas e o cruzamento dessas informações. Além disso, os resultados das informações coletadas foram comparados com os conceitos utilizados anteriormente, por meio das categorias de políticas culturais e terceiro setor, conforme descrito no próximo capítulo.

4 RESULTADOS DA PESQUISA: O CLUBE 24 E A SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS CULTURAIS E O TERCEIRO SETOR

Com base nos dados colhidos durante a pesquisa documental e jornalística, assim como, respostas obtidas por meio das entrevistas semiestruturadas, retoma-se aqui o conceito de políticas culturais trazido por Coelho (1997) em sua obra o

Dicionário Crítico de Política Cultural. Para o autor, as políticas culturais são intervenções, promovidas pelo Estado, organizações privadas e grupos comunitários, objetivando suprir as necessidades culturais da sociedade e promover o fortalecimento de suas representações simbólicas. Elas são um “[...]conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, distribuição e o uso da cultura[...].” (COELHO, 1997, p. 293).

Em relação à análise dos documentos de fundação do Clube 24 de Agosto, objetivou-se identificar mudanças significativas nos objetivos sociais da entidade e a sua relação com as políticas culturais, tendo como parâmetro o conceito exposto acima. A análise se deu primeiramente sobre o conteúdo do estatuto social datado do ano de mil novecentos e sessenta e quatro, que traz como finalidade central da entidade na área cultural a promoção de “[...]conferências, palestras, leitura de livros, jornais, revistas e uma pequena escola de alfabetização e trabalhos manuais, destinada aos sócios e suas famílias, bem como aos que dela quiserem valer[...]”. Na parte recreativa “[...]proporcionar reuniões diárias, lazer, bailes, concertos, aperfeiçoar a vida social, esportiva, artística e cultural de seus associados[...]”. Pode-se observar que a princípio o foco dos associados e da direção do clube era proporcionar aos membros da entidade e aos demais interessados, um espaço de discussão e acesso à cultura, com promoção de atividades de cunho social e cultural com enfoque em um espaço de fomento a leitura, em conjunto com as atividades de caráter recreativo a seus membros associados.

Outro documento analisado foi o estatuto social datado do ano de mil novecentos e oitenta e seis, que trouxe uma grande mudança na atividade central da entidade, onde, segundo o texto, o Clube “[...] tem por finalidade proporcionar reuniões diárias, lazer, bailes, concertos, aperfeiçoar a vida social, esportiva, artística e cultural de seus associados [...]”. Observa-se no trecho descrito acima que o foco de atuação da entidade modificou-se consideravelmente entre a versão elaborada na década de sessenta e a versão dos anos oitenta, ficou-se evidente que agora a organização está voltada especificamente para a promoção de atividades recreativas e lúdicas atinentes a uma entidade de caráter social basicamente, foi suprimido completamente o trecho que elencava os objetivos de valorização e promoção de atividades culturais da associação, restando apenas uma passagem simples e genérica a respeito dessas ações.

Também foi analisado o Estatuto Social aprovado no ano de dois mil e onze, sendo este o que está atualmente em vigor. Segundo o documento a finalidade central da associação é a de “[...] proporcionar reuniões diárias, promover festas, bailes, shows e todos os tipos de entretenimento, aperfeiçoar a vida social, esportiva, artística e cultural de seus associados [...]”. Pode-se perceber que neste último documento houve a permanência do caráter social e recreativo da associação, com o acréscimo de algumas funções que não estavam elencadas até o presente ano, como a oferta de shows e todos os tipos de entretenimento. Desta forma, verifica-se um tendenciamento da gestão responsável pela atualização estatutária em proporcionar a manutenção e a legitimação das ações de caráter lúdico e festivo da associação, promovendo a manutenção singela e simplória do caráter cultural da entidade em comparação com o existente no primeiro documento analisado, que nos leva a pensar que a associação se manteve focada no desenvolvimento de atividades atinentes a bem-estar social de seus membros associados.

Esses aspectos vão de encontro ao material encontrado referente as matérias jornalísticas sobre o clube, a análise se ateve ao período temporal de 2009 a 2014. Encontrou-se reportagens que cobriram atividades onde o clube havia atuado como participante ou como promotor de ações culturais, principalmente ligadas aos direitos humanos da população negra. No ano de 2009 o há um relato da participação da entidade no 6º Encontro de Clubes Negros do Rio Grande do Sul ocorrido na cidade de Porto Alegre, que objetivava promover o fortalecimento do Movimento Clubista, por meio de discussões sobre o aperfeiçoamento da organização das entidades participantes e na preparação das mesmas para participarem do 2º Encontro Nacional de Clubes Negros.

No mesmo ano o clube promoveu o 1º Encontro Regional de Clubes Negros, que teve como sede o município de Jaguarão, o evento ocorreu como uma atividade integrante da programação da I Semana Municipal da Consciência Negra, o encontro promoveu atividades como dança afro e culinária africana. A promoção do encontro contou com a participação da Prefeitura Municipal por meio da Secretaria de Cultura e Turismo e da Universidade Federal do Pampa. Encontrou-se ainda uma reportagem lançada no mesmo ano, como forma de agradecimento ao clube pela promoção do encontro regional, relata que a abertura da semana da consciência negra ocorreu no Teatro Esperança com a apresentação de um grupo de dança afro, que pretendeu revelar os muitos atributos contidos no universo da mulher da etnia afro.

Sobre o ano de 2010, teve-se acesso a somente duas reportagens, ambas têm como conteúdo a realização pelo clube da II Semana Municipal da Consciência Negra de Jaguarão, a semana teve início com a promoção de atividades na sede do clube e no Quilombo Madeira, uma comunidade tradicional localizada na área rural do município, as informações sobre esse ano foram superficiais, sendo encontradas somente as chamadas das reportagens, sem os seus conteúdos.

No ano de 2011, identificou-se que as reportagens tiveram como conteúdo principal o processo inicial de tombamento do clube pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual - IPHAE, a primeira reportagem analisada retratava um evento promovido pelo clube, denominado “Memórias e histórias de outros carnavais no Clube 24 de Agosto”, a ação teve como objetivo reunir a população jaguareense em uma roda de conversa, onde os presentes foram provocados a relembrar, por meio de relatos, as memórias e as histórias que eles já vivenciaram sobre os antigos carnavais promovidos pelo clube.

A segunda e a terceira reportagem retratam a cerimônia ocorrida no mês de dezembro na sede do Clube 24 de Agosto, entre a diretoria da entidade e representantes do IPHAE, para a entrega do dossiê com dados históricos, arquitetônicos e culturais do Clube, que serviram de base para o processo de tombamento por parte do IPHAE do prédio da instituição. O processo de tombamento do clube teve início no ano de 2011 e contou com a participação de diversos agentes, entre eles o poder público municipal, atores culturais locais e a comunidade acadêmica da Unipampa.

Inicialmente no ano de 2012, encontrou-se uma reportagem sobre um encontro ocorrido no Clube 24 de Agosto, que contou com a participação de da equipe técnica do IPHAE, para discutir o tombamento do prédio da entidade, ocorrido em meados do mês de janeiro do mesmo ano, segundo a reportagem o clube foi o primeiro clube negro a ser tombado como patrimônio cultural pelo estado do Rio Grande do Sul, retrata também que o processo de tombamento contou com a participação e com o apoio de diversos setores da sociedade jaguareense, para os dirigentes do IPHAE o clube abriu um precedente e a partir de seu tombamento, diversos clubes negros tomaram a iniciativa e procuraram o órgão. Para o prefeito municipal, é válido ressaltar a importância do envolvimento e da parceria do clube com o poder público na construção de políticas públicas de salvaguarda e de afirmação da comunidade negra.

As duas últimas reportagens deste ano, tratam da participação do clube no Seminário de Consciência Negra promovido na cidade de Pelotas, o clube foi representado pela historiadora Juliana Nunes, que expos o seu trabalho de conclusão de curso sobre o Clube 24 de Agosto e o seu processo de reconhecimento e tombamento, segundo a reportagem a pesquisadora ressaltou a história de fundação da entidade e os motivos que levaram a constituição de uma sociedade negra, em um período pós abolição. O evento contou com a participação de graduados e graduandos, de diversas universidades, objetivando a troca de informações sobre pesquisas que tenham como foco a exposição e a promoção da cultura africana e afro-brasileira.

O ano de 2013, pode-se dizer que é o principal período para esta pesquisa, pois encontrou-se um montante significativo de matérias retratando a atuação do clube diretamente nas áreas das políticas culturais. A primeira reportagem trata da realização da Roda de Memória de Mulheres Negras, o encontro ocorreu na sede do clube em alusão ao dia da mulher afro-latino-americana e caribenha e ao dia internacional da mulher africana, a atividade contou com participação expressiva de mulheres negras jaguarenses, que participaram por meio de relatos sobre suas histórias vivenciadas e debateram temas relacionados à luta no enfrentamento de discriminações sexistas e aos preconceitos étnicos-raciais.

Outras das reportagens analisadas tiveram como foco a contemplação do Clube 24 de Agosto como Ponto de Cultura pelo Estado do Rio Grande do Sul e do lançamento da Rede RS de Pontos de Cultura, o clube participou de um edital lançado no ano de 2012, pela Secretaria de Estado da Cultura em parceria com o Ministério da Cultura, por meio do programa Cultura Viva. Para a reportagem a inclusão da entidade na rede possibilitará a qualificação do espaço do Clube e a promoção de diversas oficinas e atividades culturais.

A proposta do Ponto de Cultura 24 de Agosto, teve o apoio do “Coletivo Cultural PédeQuê?” formado por alunos do curso de Produção e Política Cultural da Unipampa, da Associação Comunitária do Quilombo Madeira e da Fundação José Artigas, esta última localizada na capital uruguaia, Montevidéu. Segundo a reportagem o clube a partir do momento de sua qualificação como Ponto de Cultura, receberá ao todo R\$ 180.000,00 para o desenvolvimento de projetos ao longo de três anos.

Para Turino (2010), Ponto de Cultura é um conceito de política pública, onde as organizações culturais da sociedade civil, ganham força e reconhecimento

institucional por meio de uma parceria com o Estado. Ele elenca que “o Ponto de Cultura não pode ser para as pessoas, e sim das pessoas; deve constituir-se em um organizador da cultura no nível local, atuando como um ponto de recepção e irradiação de cultura” (TURINO, 2010, p. 23). É uma política que tem como protagonista a sociedade civil, por meio da potencialização de suas ações, dando subsídios para a organização social se manter e administrar seus projetos de forma autônoma.

Também foi encontrado o relato de outra roda de conversa ocorrida na entidade, a temática do encontro foi a cidadania e a diversidade cultural, o evento contou com a participação do diretor de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura e do diretor de Cidadania Cultural do estado do Rio Grande do Sul, o representante do Ministério da Cultura retrata que a escolha do clube para sediar o encontro teve por motivo o histórico de resistência e de organização da cultura negra em Jaguarão e agora a sua legitimação por meio do Estado como Ponto de Cultura. Ele fala ainda que Jaguarão é uma localidade estratégica para a articulação e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a integração latino-americana, por meio do intercâmbio cultural.

Houve também a descrição de visita do governador do Estado ao Clube 24 de Agosto; a matéria retrata as conquistas do Clube durante o ano de 2013, como o reconhecimento do prédio histórico onde se localiza a sede da instituição como Patrimônio Estadual, a sua inclusão no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC Cidades Históricas, e também a contemplação do clube no Edital de Pontos de Cultura. Para o governador Tarso Genro, “Os Pontos de Cultura formam uma estrutura que cria condições para que a comunidade ative seus agentes culturais e faça aflorar suas manifestações de maneira plena, como a que vemos aqui no 24 de Agosto”. Já para o prefeito do município de Jaguarão, “Com este Ponto de Cultura vamos trabalhar a história do povo de Jaguarão e valorizar a nossa memória. (...). Vamos repetir o 1918 [ano de fundação da entidade] e acolher aqui todas as manifestações culturais da nossa cidade e região”.

As três últimas reportagens do ano de 2013 são alusivas a realização da 5ª Semana Municipal da Consciência Negra e da promoção da 1ª Marcha Zumbi dos Palmares, a matéria relata que pela primeira vez a marcha cruzou a Avenida 27 de Janeiro [principal avenida do município], contando com sons de berimbaus e palmas, junto a cartazes que reivindicavam respeito à diversidade cultural e étnica. A marcha se estendeu até a sede do Clube 24, onde aconteceu a abertura oficial da Semana da

Consciência Negra que contou com roda de capoeira e um vídeo homenageando as personalidades negras da região.

No ano de 2014 analisou-se quatro reportagens sobre o desenvolvimento pelo clube de ações culturais, a primeira relata a realização na sede da instituição de uma oficina de teatro a preço popular para toda a comunidade jaguareense, o projeto foi proposto em parceria com a Unipampa, mas caracteriza-se como uma iniciativa independente. A próxima faz menção a realização da 1ª Semana Municipal da Capoeira, sediada no clube, a semana foi uma proposta da Associação Zumbi dos Palmares em parceria com o Clube 24 de Agosto, entre as atividades que ocorreram estão, oficinas nas escolas, atividades no Centro da Mão Nice de Xangô e mostras e debates no Clube.

A terceira tem como conteúdo a realização de uma Audiência Pública para o debate do Projeto de Lei Cultura Viva RS, a audiência contou com a participação de representantes de vários setores da cultura do município e região, a lei visa garantir e ampliar os direitos culturais e a cidadania através da cultura, tendo como foco central os Pontos de Cultura. Para o Neir Madruga presidente do Clube, “Foi com o suor de muitos que conseguimos erguer e manter este espaço. O reconhecimento do Clube como um patrimônio histórico estadual, e como Ponto de Cultura foi fundamental para que mantivéssemos o 24 de Agosto vivo e em atividade”.

A última reportagem analisada, tratava-se de um anúncio da realização da 6ª Semana da Consciência Negra, na reportagem é elencada que haverá a participação de brasileiros e uruguayos, durante as diversas atividades, entre elas, mesas de debates, oficinas, apresentações culturais, mostra de curtas-metragens, Marcha Zumbi dos Palmares entre outras. A organização teve grande aderência de grupos e entidades locais, como a Secretaria de Cultura e Turismo, Associação de Capoeira Zumbi, PET História da Unipampa, Coletivo Pédeque?, Instituto Conexão Sociocultural, Centros MEC - Uruguai entre outras.

Pode-se perceber diante do até agora exposto, que o Clube 24 de Agosto, vem passando por algumas transformações dentro dos últimos cinco anos. Analisando os documentos de constituição da entidade, é nítida a proposta de recuperação pelos gestores, das atividades de caráter lúdicas e recreativas, principalmente no ano de 2011, onde houve o acréscimo no estatuto social da entidade de atividades relativas a promoção de shows e entretenimentos. Mas ao observar as reportagens, verificou-

se que as ações desenvolvidas pela entidade após o ano de 2009 e 2010, vão na contramão de suas propostas estatutárias.

Observou-se um aumento considerável de atividades com caráter nas políticas públicas, no sentido de reconhecimento da população negra e de ações voltadas para a promoção de atividades culturais. O Clube no ano de 2009, atuou como protagonista da primeira semana da consciência negra do município, que foi uma ação proposta pelo município, mas que contou com a parceria do clube para o seu desenvolvimento. Há de se elencar também a participação maciça da diretoria da instituição em eventos envolvendo a organização do movimento negro clubista, como os encontros de clubes negros em âmbito estadual e nacional, bem como a promoção pelo próprio clube do primeiro encontro regional de clubes negros com sede na cidade de Jaguarão.

No ano seguinte verificou-se a continuidade na execução de ações envolvendo as políticas públicas na área da cultura, como a realização da segunda semana da consciência negra, promovida novamente pelo Clube. Em 2011 a entidade passou a promover rodas de conversas e encontros para discutir políticas públicas que promovessem a inclusão social e cultural da sociedade negra do município, bem como o início do processo de reconhecimento por parte do IPHAE do prédio sede do clube como Patrimônio Cultural de âmbito estadual. Observou-se que o clube teve um grande apoio da comunidade local em seu processo de tombamento, tendo a grande aderência da população em reuniões e encontros que discutiram o porquê do tombamento e seus benefícios para o clube e para o município de Jaguarão.

Em 2012 o clube teve seu reconhecimento como Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul e ao analisar a matéria em questão, pode-se perceber que houve também o reconhecimento pelo poder público local, que na figura do prefeito municipal, elencou a participação da entidade como parceira na promoção de políticas públicas em Jaguarão, principalmente nas áreas de salvaguarda e reconhecimento da população negra. Percebe-se também o interesse acadêmico pela história e trajetória do clube, principalmente por meio da atuação da historiadora Juliana Nunes, que realizou a pesquisa do seu trabalho de conclusão de curso sobre o clube e passou também a representar a entidade em encontros e eventos que discutiram a cultura africana e afro-brasileira.

As atuações do clube na área da cultura se intensificam no decorrer do ano de 2013, quando o clube se qualifica como Ponto de Cultura e começa a desenvolver variadas ações voltadas para a promoção e para a difusão das políticas culturais.

Nesse período ocorre o empoderamento pela comunidade jaguareense ao Clube 24 de Agosto, por meio da realização de atividades de outros grupos culturais e sociais dentro do espaço da entidade, onde a maioria dessas ações têm como temática a defesa dos direitos culturais e sociais e a autoafirmação, como as voltadas para a defesa dos direitos de igualdade racial.

Também se observou que nesse ano foram firmadas diversas parcerias entre o clube e as demais entidades e grupos do município e da região, todas elas tinham como foco a participação da organização no programa de Pontos de Cultura, o que dialoga com o conceito trazido por Célio Turino (2010), o criador e maior estudioso do Programa Cultura Viva, quando afirma que um Ponto de Cultura não é para o povo, mas sim do povo, e isso reflete diretamente ao processo que se constatou, por meio das reportagens, sobre a relação do Clube 24 de Agosto com a comunidade local. Um exemplo da aproximação de outros grupos para com o Clube foi a realização da 5ª Semana da Consciência Negra de Jaguarão que contou com mais de dez grupos e entidades na sua organização, dando apoio e promovendo ações na recheada programação dessa edição.

No ano seguinte constatou-se a continuidade na realização de ações com cunho estritamente cultural e de defesa de direitos humanos, ações essas diretamente ligadas ao projeto do Clube como Ponto de Cultura, como a promoção de oficinas e rodas de conversas, bem como a realização de atividades de cunho político cultural, a dizer a promoção da audiência pública que tratou do projeto de lei estadual de Cultura Viva.

Todas as ações e atividades promovidas pelo clube até então, vão ao encontro do que nos traz Canclini (2005), quando conceitua as políticas culturais, para ele essas políticas são elaboradas com o intuito de promover o desenvolvimento simbólico e a transformação social da população. Tal conceito, se aplica totalmente as atividades que tiveram o clube como idealizador ou participante no período analisado, foram colocadas em prática propostas que tinham como objetivo central o desenvolvimento do capital simbólico e social da população jaguareense, frente as questões étnicas e raciais, bem como promover o acesso pela sociedade a encontros e discussões reais sobre assuntos que permeiam as políticas de igualdade raciais e culturais. Pode-se dizer que o clube, que um dia foi destaque na região por ser referência na busca dos direitos e de socialização da população negra, volta à tona, agora como uma entidade com foco em ações culturais e de direitos humanos.

Passa-se agora para a análise das entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com dois representantes da Secretaria de Cultura e Turismo – Secult, do município de Jaguarão/RS, o Secretário e a Secretária Adjunta da pasta e com três membros que compõem a diretoria do Clube Social 24 de Agosto, o Presidente, Vice-Presidente e o Tesoureiro da entidade. As questões dirigidas, aos membros do poder público local, objetivavam compreender a ligação do Clube com a implementação das políticas culturais do município e as finalidades de repasses financeiros para a entidade.

Iniciou-se a entrevista tratando sobre quais eventos da área cultural eram prioritários e de maior importância para a administração pública municipal. Foram destacados diversos eventos pelos dois entrevistados, para a primeira que ocupa o cargo de Secretária Adjunta, são principais eventos o carnaval, a Semana da Consciência Negra, a Feira Binacional do Livro, a Semana do Audiovisual, a Semana da Diversidade Sexual, entre outros. Já para o responsável pela pasta foi destacado em primeiro lugar um evento promovido pela própria administração denominado Arte de Rua as Quatro Ventos, que promove diversas oficinas para a população, despertando-a a participar de atividades artísticas e culturais, foram destacados também a Moto Fest, evento que reúne motociclistas de toda a região, a Feira Binacional do Livro, onde houve o destaque para os shows que são os atrativos principal do evento e por último os trabalhos promovidos pelo Ponto de Cultura 24 de Agosto, com enfoque nas oficinas que promovem o diálogo com a comunidade.

Buscou-se também identificar a visão dos dois entrevistados sobre o papel do clube na promoção de eventos culturais no município. A secretária adjunta destacou que é muito importante, pois conseguiram por meio destas ações reverter o processo de leilão do prédio da entidade, após ocorreu o tombamento com o apoio do poder público e da sociedade civil, sendo este o primeiro clube negro tombado pelo Estado do Rio Grande do Sul, enfatizou também que a entidade é um espaço de promoção da diversidade, que agrega diversos grupos sociais e que agora é um Ponto de Cultura, o primeiro da cidade. Para o segundo entrevistado o clube é um espaço muito especial para o município por toda a sua história e conquistas do povo negro que resistiu a diversas crises. Ele destaca que a entidade possui muita interação com a Secult, é uma entidade aberta, de caráter popular e que consegue reunir todos os grupos do município, independente de classes sociais e acima de tudo está disposta

a pensar não somente a arte pela arte, mas a construir um espaço de discussão e de pluralidade social.

Em relação suporte do poder público para a realização das ações desenvolvidas pela entidade, um dos entrevistados afirma que é uma relação que dá certo, o clube dá suporte ao poder público e o mesmo é recíproco, “Uma via de mão dupla”, essa parceria ocorre em diversas atividades, como a Semana das Mulheres, da Consciência Negra entre outras ações, as parcerias ocorrem seja por meio de recursos físicos ou financeiros. O outro representante da secretaria destacou as ações da Semana da Consciência Negra, onde a partir de 2011 o clube passou a sediar suas atividades, segundo ele a prefeitura elabora um convênio para custear as atividades propostas, ele destacou também que o poder público atuou como protagonista no processo de tombamento pelo IPHAE e que está em discussão uma possível desapropriação do espaço hoje tombado, para transformá-lo em um centro cultural, preservando as características atuais.

Também foi questionado sobre as mudanças do clube em seu foco de atuação nos últimos anos. Para um dos representantes do poder público o clube tinha como principais atividades a promoção de festas, mas a diretoria percebeu que era a partir de atividades de cunho cultural que eles conseguiriam movimentar a entidade durante o ano todo, possibilitando a atuação de outros grupos em seu espaço transformando em um local mais plural. Para o outro representante o clube passou de um mero espaço de entretenimento entre seus sócios para um espaço de discussão com a comunidade sobre temas importantes, como os encontros de comunidades afro e as rodas de conversas.

Foi perguntado para o secretário titular sobre o orçamento anual da pasta da Secult. Ele detalhou que entre folha de pagamentos e as atividades culturais são destinados em torno de duzentos em vinte mil reais, destacando que os grandes eventos como a Feira do Livro recebem recursos externos por meio de leis de incentivos. Também afirmou que são disponibilizados por meio de convênios, em torno de cem mil reais, que custeiam a semana da consciência negra, o carnaval entre outras atividades de caráter cultural. No caso do carnaval, ele recebe recursos externos via leilão de camarotes.

Sobre os convênios firmados diretamente com o clube, foi informado que houve firmado um convênio no ano de 2013 com repasse direto de recursos para a realização da Semana da Consciência Negra e que os demais convênios foram feitos por meio

de entidades parceiras, por conta de questões jurídicas da entidade, mas que mesmo o clube não sendo o conveniente nos convênios, ele ainda é responsável pela execução das atividades.

E por fim, em relação a questão se o poder público reconhece o clube como uma organização promotora de políticas culturais, tanto o secretário da pasta quanto a adjunta responderam positivamente à questão, elencando que o clube é um espaço simbólico, onde ocorrem encontros, oficinas, debates, um marco de pluralidade que alia a promoção da diversidade com a busca de políticas afirmativas de igualdade racial, sendo a entidade um grande vetor de cidadania e cultura para o município.

Por meio das respostas dos dois membros do poder público, pode-se identificar que o Clube Social 24 de Agosto é uma entidade de muita importância para a administração pública municipal, sendo a responsável pela execução de diversas ações que constam no calendário de eventos do município e que recebe o reconhecimento por parte da prefeitura por seu caráter social e de promoção de políticas públicas, sendo o principal espaço de diálogo e de fomento da cultura viva em Jaguarão, abarcando todas as manifestações culturais e sociais e sediando diversos encontros e debates sobre políticas de inclusão sociocultural e de direitos humanos.

Identificou-se também que uma quantia significativa dos recursos da Secult é disponibilizada por meio de parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos, o que vai ao encontro do que nos traz Bresser-Pereira (1999), quando defende que a implementação das políticas públicas não deve ser mais uma exclusividade do poder público, mas também da iniciativa privada, cabendo ao Estado, apenas as funções de coordenar e financiar a promoção dessas políticas. Pode-se dizer que este fenômeno analisado pelo autor em âmbito nacional, está instaurado no município de Jaguarão dentro da área da cultura, onde os repasses para o financiamento de atividades culturais pelas organizações sociais, chega a cerca de 45% do total de recursos da pasta.

A segunda fase das entrevistas teve como foco a diretoria do Clube 24 de Agosto, visando identificar qual é a relação da organização com a promoção de políticas públicas, seu auto reconhecimento como uma organização cultural e a sua participação atual no programa Ponto de Cultura.

Para a caracterização das atividades atuais desenvolvidas pela entidade os entrevistados tiveram suas respostas semelhantes, elencaram como principais

atividades os bailes dominicais, a promoção de oficinas, as palestras e encontros com caráter de esclarecimento sobre diversas temáticas, os ensaios que ocorrem no espaço do clube por outras organizações como os grupos de inverno, capoeira entre outros, segundo eles, após o clube se tornar Ponto de Cultura, qualquer manifestação artística cultural é atendida pela entidade.

Sobre a forma como a diretoria do clube vê a atuação da entidade no município de Jaguarão, os diretores disseram que o clube agora como ponto de cultura tem grande atuação, uma entidade antiga que quase encerrou suas atividades, mas que agora está crescendo cada dia mais, sendo o único clube social do município que atualmente consegue desenvolver esses tipos de atividades.

Uma das questões tratadas na entrevista com a diretoria, que diz respeito mais diretamente com os objetivos desta pesquisa, referiu-se a inserção do clube em projeto para atuar como Ponto de Cultura. As respostas foram unânimes, pois segundo eles, o clube desde a sua fundação foi pensado como uma entidade cultural, mas que por questões financeiras nunca conseguiu explorar essas questões e por conta dos recentes problemas jurídicos que a entidade passou, a diretoria em parceria com a prefeitura resolveu se inserir em atividades culturais objetivando reforçar a identidade do clube e valorizar a sua história de luta.

Questionou-se também sobre a avaliação da atuação do clube em função do projeto. Para os entrevistados, a atuação fortaleceu a entidade, antes o clube era visto como muito fechado, seu público eram somente seus associados e, hoje, a entidade é aberta para as diversas manifestações culturais que queiram utilizar seus espaços. Acrescentaram também que falta o reconhecimento da comunidade local sobre o clube como Ponto de Cultura e que a entidade deve se empenhar mais no andamento do projeto.

Um outro ponto tratado nas entrevistas com a diretoria, foi sobre a relação do clube com o poder público em torno de ações e eventos promovidos pela entidade. As respostas foram em sua maioria no sentido positivo desta relação, afirmaram que é uma relação muito boa, onde desenvolvem ações em conjunto e, também, que a Secult e o Clube estão sempre engajados no fomento de ações de interesse público. Somente um dos entrevistados disse a parceria não é tão intensa, a não ser na Semana da Consciência Negra, mas que em outras atividades o poder público só ajuda com apoio técnico e de serviços.

No caso da atuação do poder público na área cultural, para os entrevistados o poder público, “a partir desta gestão”, tem se empenhado muito na promoção de ações voltadas para a cultura, apesar do aumento de recursos financeiros para o desenvolvimento de projetos, o valor disponibilizado é insuficiente e faz com que diversas ações deixem de ser executadas. No que diz respeito as parcerias no desenvolvimento das ações do clube, todos elencaram a Unipampa por meio dos cursos de Licenciatura em História e Bacharelado em Produção e Política Cultural, a Secult, as casas de matrizes africanas, os grupos de capoeiras e os Centros de Tradições Gaúchas, como principais parceiros na promoção das atividades desenvolvidas pela entidade.

Obteve-se também a curiosidade de saber dos entrevistados sobre a oferta e formação de profissionais na área cultural. Eles responderam que um dos principais problemas para o desenvolvimento correto do projeto do Ponto de Cultura é a falta de profissionais qualificados para o desenvolvimento de ações e projetos no espaço do clube, além disso, argumentaram que as pessoas que se formam nessa área na Unipampa são em sua maioria de outras cidades e que não ficam aqui após a conclusão de seu curso, sendo necessário a qualificação da população que reside em Jaguarão e que irão se manter no município.

Uma última questão aplicada aos entrevistados foi sobre as principais formas de financiamento e subsistência do Clube, segundo os diretores, são os recursos oriundos do projeto do Ponto de Cultura e de convênios com o poder público local que atuam de forma complementar no orçamento do clube, mas que as principais rendas ainda advêm do aluguel do espaço para festas, a promoção pela própria entidade dos bailes dominicais e as mensalidades dos sócios (Caberia observar aqui que no estatuto de 1964, era proibido a utilização do espaço do clube para fins externos, como o aluguel para outras entidade e pessoas não sociais). Para o tesoureiro da entidade, o clube tem que ser visto hoje, como uma empresa, pois tem que pagar funcionários e tem as demais despesas oriundas das ações desenvolvidas.

Analisando as repostas obtidas nas entrevistas pode-se observar que a uma maior aproximação do clube, que até então era voltado para as questões de entretenimento social, para a área cultural, segundo os relatos dos diretores, a entidade enxergou na cultura uma saída para combater o inevitável fechamento do prédio por conta de um processo de leilão originado de uma dívida do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD, por meio do reconhecimento pela

população, não somente do clube como um entidade que promove festas e eventos, mas do clube como uma organização vetor de ações de cunho social e cultural, que acolhe as diversas manifestações socioculturais e que acima de tudo está disposta a um diálogo direto com a comunidade local.

Verificou-se também que a participação da entidade no programa Cultura Viva, foi um fator considerável no processo de configuração da sua atual conjuntura, por meio do programa o clube firmou parcerias com diversas entidades e grupos sociais do município e da região, promoveu e recebeu variados encontros que tiveram como foco o debate sociocultural, atuando como referência municipal no debate da cultura e dos direitos humanos. O clube obteve êxito na proposta inicial de se tornar um Ponto de Cultura, ele conseguiu promover uma maior diversificação de suas ações, está em um processo de reconhecimento pela população como uma importante entidade cultural, reverteu o processo de leilão da sede da entidade e que agora é a casa de muitas manifestações socioculturais da região.

Diante de todo o exposto nesse capítulo, não gera dúvidas do caráter do clube como uma entidade promotora de políticas públicas culturais para o município de Jaguarão, o clube em sua conjuntura atual é uma das principais ferramentas de diálogo e de fomento de ações culturais da cidade, possui o reconhecimento do poder público como uma organização que auxilia diretamente o Estado na promoção das políticas culturais e de igualdade racial. Neste sentido Barbalho (2005) nos fala que só a o desenvolvimento de políticas públicas culturais quando estas estão diretamente ligadas as manifestações culturais da população, e que as instituições não governamentais são essenciais para o seu desenvolvimento, pelo fator delas terem uma forte presença e estarem em constante contato com a sociedade civil, promovendo a manutenção do seu bem-estar social.

Buscar-se-á a partir deste momento, de forma breve, ainda com base nos documentos e entrevistas coletados durante a pesquisa, analisar e identificar a configuração atual do Clube e a sua relação com os conceitos trazidos neste trabalho sobre o terceiro setor. Para tanto, retoma-se aqui, o conceito trazido por Gohn (2004), que identifica o terceiro setor como um setor composto por entidades que tenham como principal característica a prestação de serviços, com base na execução direta de projetos e que atuem de forma organizada por meio do cumprimento de um

planejamento, por meio de parcerias com o poder público e empresas privadas objetivando o financiamento de suas ações.

Essa análise se voltou para os principais documentos, reportagens e respostas do questionário das entrevistas que dialogaram diretamente com os conceitos de Terceiro Setor. Iniciou-se a análise por meio de um estudo em cima dos estatutos sociais da entidade, objetivando identificar as alterações ocorridas no documento desde o ano de 1964 até 2011.

No estatuto registrado em 1964, o clube se constituía juridicamente como uma sociedade cultural e recreativa de natureza civil, já na versão do ano de 1986 foi suprimido os termos cultural e recreativa, permanecendo da seguinte forma, sociedade civil, sem fins lucrativos, agora no estatuto datado de 2011 que vigora atualmente a constituição da entidade se dá como, pessoa jurídica, na forma de associação, sem fins lucrativos. Observou-se que as transformações ocorridas nas três versões analisadas, são decorrentes de modificações impostas pela atualização dos códigos civis, sendo que a mais relevante se destaca pela supressão dos termos cultural e recreativo da personalidade jurídica, supressões que também foram identificadas na análise dos objetivos sociais do clube.

Passando agora para a análise de reportagens jornalísticas que retratam as principais atividades desenvolvidas pelo clube, pode-se verificar que a entidade se caracterizou como terceiro setor, considerando o proposto por Gohn (2004), quando nos diz que as entidades do terceiro setor se caracterizam por meio da execução direta de projetos em parceria com o poder público, após o ano de 2013, data inicial dos convênios firmados com o poder público como o da semana da consciência negra e o do projeto do ponto de cultura. Nos anos seguintes foram executados diversos projetos em parcerias com o poder público, seja por meio da transferência direta de recursos financeiros ou por meio de serviços.

Ao analisar o clube em função do projeto do ponto de cultura, tem-se encontrado variadas características que vão ao encontro dos conceitos trazidos, como o de Saraceno (2003), onde as organizações que integram o terceiro setor, deixam a antiga característica da filantropia, combinando de forma harmônica o trabalho voluntário e o assalariado, por meio da remuneração dos profissionais que são contratados para executar projetos específicos. Nas oficinas desenvolvidas pelo clube os oficinairos são remunerados e custeados por meio do pagamento de diárias, bem

como no projeto aprovado para a qualificação do clube, há a previsão de remuneração para a equipe gestora do projeto, agente administrativo, coordenador pedagógico, bem como para os oficinairos, monitores e palestrantes que atuarem em alguma atividade a ser desenvolvida, o que dialoga diretamente com o exposto pela autora.

Nas entrevistas também se identificou diversas características sobre o terceiro setor, entre os membros do poder público houve relatos constantes sobre a formalização de convênios e parcerias entre a Secretaria de Cultura e Turismo e as associações privadas sem fins lucrativos sediadas em Jaguarão, para o desenvolvimento de projetos e ações, como o Carnaval, a Semana da Consciência Negra e a Feira Binacional do Livro que possuem bastante destaque para a administração municipal por serem um dos maiores eventos culturais do município, esses projetos são desenvolvidos por meio do repasses de recursos financeiros à entidades privadas, sendo a Liga de Carnaval Jaguareense, o Instituto Conexão Sociocultural e a Sociedade Cultural Independente respectivamente as atuais convenientes destas parcerias.

Essas características vão ao encontro da fala de Bettoni e Cruz (2009), que expõem que o Estado vem perdendo a sua capacidade de sintetizar e administrar as atuais demandas sociais, considerando que a sociedade atual se encontra cada dia mais complexa, diversificada e quer seus direitos ampliados, reivindicando maior participação e inclusão social e cultural. Desta forma, observou-se que essa decisão, por parte do poder público, em repassar cerca de 45% do seu orçamento da área cultural a associações privadas, se dá considerando o entendimento de que o terceiro setor é composto por entidade que possuem maior flexibilidade gestão e também são extremamente próximas das comunidades onde atuam, conseguindo de certa forma, atender a uma demanda que na maioria das vezes não é vista pelo Estado (GERSTENFELD; FUENTES, 2005).

Por outro lado as entrevistas com os diretores do Clube 24 de Agosto, demonstrou que a entidade está em processo de modificação no seu foco de atuação, conforme demonstrado na primeira parte deste capítulo, o clube anteriormente era voltado especificamente para as questões relativas ao lazer e ao encontro social de seus membros, hoje ele é visto como um grande vetor de cidadania, cultura e direitos humanos para o município de Jaguarão, essa transformação é mais uma característica da sua atuação como uma entidade que compõe o terceiro setor,

segundo as repostas dos entrevistados, o clube carece de pessoal qualificado, uma demanda emanada da execução de projetos culturais pela entidade.

Gohn (2000) nos explica que o terceiro setor tem como potencial a geração da chamada economia social, uma economia que tem como foco fomentar a camada produtiva com base nos atores sociais responsáveis pela execução dos projetos e ações desenvolvidas pelas entidades e seus participantes, o que mais uma vez dialoga com o encontrado na maioria das ações desenvolvidas pelo clube, onde há a oferta pela entidade de cursos e oficinas voltadas para a qualificação profissional da comunidade jaguareense e também conforme o projeto do Ponto de Cultura, que prevê a realização de oficinas de culinária e a oferta de cursos voltados para a confecção de artefatos artesanais de origem afro, gerando assim a oferta de emprego e renda a pessoas que fazem parte dos projetos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme procuramos demonstrar nesse trabalho, objetivando analisar a atuação da sociedade civil organizada na promoção, execução, oferta e difusão de bens e políticas culturais dentro do município de Jaguarão-RS, pode-se observar inicialmente, por meio do estudo de seus estatutos sociais, que até a década de sessenta e setenta a diretoria do clube tinha como foco de atuação a oferta e o fomento do acesso aos seus associados, a atividades culturais, por meio da criação de um espaço de discussão e acesso à cultura. Mas que foi radicalmente modificado na reforma estatutária da década de oitenta e que permanece até os dias atuais, versões que trazem como objetivo uma entidade juridicamente voltada para a promoção de ações de cunho de entretenimento para seus associados e utilizadores.

Porém ao analisar as matérias jornalísticas e as entrevistas, observamos que a entidade vem passando por uma grande mutação e que vai de encontro aos dizeres de seus estatutos sociais, o clube ao perceber que não se manteria somente com o desenvolvimento de atividades lúdicas e recreativas e com o agravante da possibilidade de perder o seu prédio sede em uma ação judicial. Tendo isto em vista, a entidade resolveu focar seus esforços em ações de cunho sociocultural, objetivando ganhar o reconhecimento da população jaguareense em torno da sua história e importância para o município, não somente como uma entidade de entretenimento,

mas sim, como uma organização vetor de fomento de bens sociais e culturais. O que de fato ocorreu, considerando que com base nessas ações desenvolvidas, a entidade passou a ser sede de diversos debates e ações culturais, tanto do poder público quanto da comunidade e seus grupos organizados e ganhou força ao ser qualificado como Ponto de Cultura, passando a desenvolver diversas ações voltadas para a promoção da cultura.

Estes aspectos dialogam com o que afirma Canclini (2005), ao conceituar políticas culturais, deste modo, o clube hoje tem uma efetiva participação na promoção das políticas culturais no município de Jaguarão, contando com o reconhecimento do poder público como uma organização parceira no desenvolvimento destas políticas, atuando de forma expressiva na construção de uma rede de ações socioculturais, por meio do desenvolvimento de projetos e atividades em conjunto com diversos grupos e sociedades locais e regionais, promovendo o desenvolvimento simbólico e a transformação social da população jaguareense em especial aos que estão muitas vezes à margem da sociedade.

A partir destes dados, poderão ser pesquisados ainda outros fatores que envolvem as organizações da sociedade civil, nas políticas culturais, tais quais, qual o papel destas organizações no desenvolvimento da integração cultural em zonas de fronteira, qual a importância e até que ponto, essas organizações influem no dia-a-dia das comunidades onde estão localizadas e, se esses fatos identificados nessa pesquisa são encontrados em países vizinhos, por meio de pesquisas de políticas públicas comparadas entre países da América Latina.

6 REFERÊNCIAS

BAUER, M. GASKELL, G. ALLUM, N. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento. In: _____. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**; um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2000.

BARBALHO, A. Política cultural. In: RUBIM, L. (Org). **Organização e produção da cultura**. Salvador: EDUFBA. 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/146/1/Organizacao%20e%20producao%20da%20cultura.PDF>> Acesso em: jul. 2015.

BENTO, F. R. O papel das cidades-gêmeas de fronteira na integração regional Sul-Americana. **Revista Conjuntura Austral**, Vol. 6, nº. 27 – 28, p. 40-53, Dez. 2014/Mar. 2015.

BETTONI, A. CRUZ, A. El Tercer Sector en Uruguay. Montevidéo: Instituto de Comunicación y Desarrollo, 1999.

BRASIL. Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9637.htm> Acesso em: jul. 2015.

_____. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9790.htm> Acesso em: jul. 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Entre o Estado e o Mercado: o público não-estatal. In: _____, e GRAU, N. C. (Org). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999: p.15-48. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=1507>> Acesso em: jul. 2015.

CANCLINI, N. Definiciones en transición. In: MATO, D. (Org). **Cultura, política y sociedade: perspectivas latinoamericanas**. Argentina: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

COELHO, T. **Dicionário crítico de política cultural**: cultura e imaginário. São Paulo: Iluminuras, 2004.

FREITAS, E. P. **Diálogos, discussões e silêncios**: uma análise crítica da gestão pública não estatal na área da cultura. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Seminário Internacional Políticas Culturais: teoria e práxis, set. 2010. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/11-ELIZABETH-PONTE-DE-FREITAS.1.pdf>> Acesso em: jul. 2015.

GERSTENFELD, P. FUNTES, A. **Caracterización del Tercer Sector en las políticas de formación de capital humano en Uruguay**. Montevidéo: CEPAL, 2005. Disponível em: <<http://www.cepal.org/es/publicaciones/5031-caracterizacion-del-tercer-sector-en-las-politicas-de-formacion-de-capital-humano>> Acesso em: nov. 2015.

GOHN, M. G. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. ed. 9ª. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**. V. 13, n. 2, p. 20-31, maio/ago. 2004.

_____. Educação, trabalho e lutas sociais. In: GENTILI, P. FRIGOTTO, G. (Org). **A cidadania negada: políticas de Exclusão na educação e no trabalho**. Argentina: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2000.

LOPES, J. R. Terceiro Setor: a organização das políticas sociais e a nova esfera pública. **São Paulo em Perspectiva**. V.18, n.3, p. 57-66, jul/set. 2004.

MAZZEI, E. **Fronteras que nos unen, límites que nos separan**, Montevideo: Imprenta CBA, 2012.

SARACENO, D. V. S. **O papel do terceiro setor na questão do desenvolvimento regional e local**. Disponível em:
<http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/1006201111163906_Artigo_01.pdf >
Acesso em: jul. 2015

SARAIVA, E. Introdução à teoria da política pública. In: _____. FERRAREZI, E. (Org). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006. p.28. Disponível em:
<http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2857 >
> Acesso em: jul. 2015.

SEBRAE. **Políticas públicas: conceitos e práticas**, Belo Horizonte: Sebrae-MG, 2008. Disponível em:
<<https://www.sebraemg.com.br/atendimento/bibliotecadigital/visualizardocumento.aspx?codigo=159>> Acesso em: jul. 2015.

SOUZA, C. **Políticas públicas: conceitos, tipologias e sub-áreas**. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, Workshop sobre Políticas Públicas e Avaliação, dez. 2002. mimeo. Disponível em:
<<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/01-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>> Acesso em: jul. 2015.

_____. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TURINO, C. Ponto de Cultura: a construção de uma política pública. **Cadernos Cenpec**. São Paulo, ano. 5, n. 7, p. 23-31, 2010.